



A Contribuição Familiar no Processo Terapêutico da Criança: Um Estudo Bibliográfico

Ticiane Kelly Bento Machado Callou¹; Antonio Leonardo Figueiredo Calou²

Resumo: O presente texto vem resgatar a importância da participação da família no processo terapêutico da criança, compreendendo que este é um processo que envolve não apenas os aspectos individuais dessa como sujeito social, mas toda a sua história, e dessa forma a participação pregressa da família torna-se primordial. Objetiva-se então, identificar os aspectos relevantes que a família proporciona ao participar do processo terapêutico junto às crianças. Diante disso, o estudo destaca sobre a relação entre família, criança e o processo terapêutico, enfatizando os fatores que levam a inserção das crianças na psicoterapia, a relação entre a família e a criança, e de que forma a família deve estar inserida nesse processo para que a psicoterapia avance. A metodologia da pesquisa foi composta por um estudo de método qualitativo, por permitir uma aproximação mais abrangente do pesquisador com a realidade estudada; caracteriza-se de natureza bibliográfica por ter resultados alcançados mediante a análise de fontes literárias pesquisadas em plataformas como o Scielo, Lílacs e Pepsic, realizadas entre os meses de janeiro e março de 2019. Os resultados obtidos apontam que as famílias não são mais coadjuvantes no processo terapêutico das crianças, e sim protagonistas, ou seja, os avanços terapêuticos tornam-se possíveis e progredem quando a família se enxerga como parte desse processo, contribuindo diretamente para que os problemas sejam superados e a criança então, sentir-se acolhida. Assim, os estudos aqui revisados, apontam que a participação da família na psicoterapia resulta em aspectos positivos que influenciam também no fortalecimento dos membros, acarretando por sua vez, múltiplos resultados favoráveis a evolução de quadros clínicos.

Palavras-Chave: Família. Processo terapêutico. Criança.

Family Contribution to the Child's Therapeutic Process: A Bibliographic Study

Abstract: This study rescues the importance of family participation in the child's therapeutic process, understanding that this is a process that involves not only the individual aspects of this as a social subject, but its entire history, and thus the past participation of the family becomes paramount. The objective is then to identify the relevant aspects that the family provides when participating in the therapeutic process with children. Therefore, the study highlights the relationship between family, child and the therapeutic process, emphasizing the factors that lead to the insertion of children in psychotherapy, the relationship between the family and the child, and how the family should be inserted in this process. for psychotherapy to advance. The research methodology was composed by a study of qualitative method, for allowing a more comprehensive approach of the researcher with the studied reality; it is characterized by its bibliographic nature for having results achieved through the analysis of literary sources researched in platforms such as Scielo, Lílacs and Pepsic, carried out between the months of January and March 2019. The results obtained point out that families are no longer supporting in the children's therapeutic process, but protagonists, that is, therapeutic advances become possible and progress when the family sees itself as part of this process, directly contributing to the problems being overcome and the child then feeling welcomed. Thus, the studies reviewed here, point out that family participation in psychotherapy results in positive aspects that also influence the strengthening of members, resulting in multiple results favorable to the evolution of clinical conditions.

Keywords: Family. Therapeutic process. Child

¹ Pós graduação em Terapia Cognitivo-comportamental pelo Centro Universitário INTA. ticianepsicologa@gmail.com;

² Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Mestrado em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba.

Introdução

O referido estudo tem como finalidade enfatizar o papel da família junto à criança. Este ensaio busca fazer uma reflexão sobre a importância da família nos avanços referentes ao processo terapêutico, ou seja, verificar quais os aspectos positivos podem ser identificados no processo terapêutico quando a família se faz presente.

Com base no estudo proposto o objetivo desse estudo é identificar a relevância da família e sua participação nos avanços do processo terapêutico para crianças. Por isso, este se consolidou através de uma metodologia composta por abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, realizada entre os meses de janeiro e março de 2019.

Busca-se neste momento, compreender a unidade familiar enquanto base do desenvolvimento de qualquer ser humano, no que se refere às relações de cuidado, afeto, aprendizado, ensinamentos dentre outros fatores, e afirmar que tais ações se intensificam quando se trata de crianças, que geralmente são mais dependentes e reproduzem costumeiramente as ações desempenhadas pelos pais.

Embora o processo terapêutico também conhecido como psicoterapia, necessite ter a frente um profissional capacitado para desenvolvê-la, – nesse caso o psicólogo – a construção de um pacto entre o profissional, a criança e a família para que se obtenham resultados positivos, se materializa como uma demanda necessária para sua condução.

A referida pesquisa tem sua problemática comporta pela seguinte pergunta de partida: Como a família contribui no processo terapêutico da criança? Através dessa indagação, verifica-se a necessidade de entender como a participação da família pode ou não, contribuir com os avanços no desenvolvimento da criança.

Dessa forma, o interesse em pesquisar sobre o referido tema surgiu através das experiências vivenciadas durante nossa prática profissional, percebendo que sem a presença da família o processo terapêutico não apresentara resultados rápidos, e quando apresentara, são por muitas vezes bem escassos. Tais resultados são provenientes do aprofundamento nos campos relacionais entre a família, a criança e a psicoterapia, compreendendo assim, a necessidade da presença dos principais membros de um clã em qualquer que seja o seu momento de vida. Contudo, na infância, a coisa é mais valorada, porque essa fase baseia-se em um processo constitutivo, repleto de particularidades que requerem maior atenção.

Sendo assim, entendendo que o processo terapêutico também tem como finalidade fortalecer os vínculos e o desenvolvimento das potencialidades da criança, torna-se

indispensável a presença e acompanhamento dos pais nesse momento que, além de espelho para os filhos, são responsáveis por essa construção fora do processo terapêutico.

Fundamentações Teóricas sobre a Família, a Criança e a Psicoterapia

A psicoterapia para crianças

Ao abordar sobre o processo terapêutico com crianças, logo se idealizam momentos lúdicos em que trará bem-estar para as mesmas. Contudo, além de representar-se desta forma, a terapia ou psicoterapia para crianças, se expande para a superação de inúmeros desafios, bem como para avanços relevantes no seu cotidiano.

Para entender sobre a psicoterapia, Freitas (2016), traz colocações que a afirmam enquanto uma abordagem terapêutica. Originada pela psicanálise, a psicoterapia é sustentada através dos pressupostos teóricos que concretizam os processos mentais inconscientes, fundamentados por Sigmund Freud.

Nesse sentido, a psicoterapia e seu modelo terapêutico buscava evidenciar a forma de como fatores inconscientes influenciavam os relacionamentos e os comportamentos dos indivíduos, assim como destacavam de que forma estes poderiam ser modificados ao longo da vida.

Entre os grandes desafios apontados pelo terapeuta durante a construção do processo terapêutico, está a construção da aliança entre o profissional e o paciente, considerando a necessidade de agir com cautela, utilizando-se da inovação de estratégias de atuação para que conquiste além da confiança do paciente o auxílio da família no processo.

Freitas (2016) aponta ainda que, a psicoterapia voltada para crianças é, portanto, uma intervenção que busca atender a problemas diversos, ocasionados por estas modificações, e por isso, podem causar estresse emocional, interferindo na rotina da criança, podendo dificultar e ameaçar o aumento de habilidades adaptativas, o desenvolvimento e o bem-estar da criança e da família.

Diante dessa abordagem, faz-se importante pontuar sobre este contexto na atualidade, tendo em vista que nem sempre ela possuiu as mesmas características, mas que ao longo do tempo veio se modificando e adaptando-se a novas realidades.

Isse (2013) relata que a psicoterapia que anteriormente era desenvolvida por médicos, atualmente é uma competência dos psicólogos e que possuem nesse novo cenário, técnicas

também diferenciadas, com novas experiências e que passam a necessitar da família como parte fundamental no processo.

Reconhece-se neste momento a família como parte central no processo terapêutico, estabelecendo que esta participação é componente de um novo viés formador da psicoterapia. Está, agora, se torna competência profissional do psicólogo que tem como objetivo trabalhar com crianças¹ diante de técnicas e experiências macro.

Neste sentido, sobre a utilização dessas técnicas, cabe citar Beck (2007) que ao relatar sobre a terapia cognitiva, ressalta que:

O enfoque para um determinado transtorno, na terapia cognitiva, pode ser significativamente diferente de outros, é essencial conduzir uma avaliação clínica completa dos pacientes, permitindo assim um diagnóstico preciso. Por exemplo, o tratamento para transtorno de estresse pós-traumático difere, de muitas maneiras, do tratamento para transtorno de ansiedade generalizada. (BECK, 2007, p. 26)

Este processo de intervenção nada mais é, do que um processo responsável por incentivar e influenciar a criança a desenvolver suas potencialidades e controlar suas limitações, quando há obstáculos que as impeçam ou as dificultem de desempenhá-las. A proposta dessas intervenções preocupa-se em auxiliá-las no controle emocional e diante de todas as questões levantadas.

Segundo Isse (2013) as técnicas utilizadas na psicoterapia infantil tentam compreender a criança em seu universo atual de infância, depositando nela expectativas importantes para o seu desenvolvimento, despertando nas mesmas características positivas.

De acordo com Beck (2014) na psicoterapia cognitivo-comportamental o profissional deve demonstrar continuamente o compromisso e a compreensão com o paciente através da empatia, escolhendo as palavras corretas, o tom de voz, expressões faciais e linguagem corporal. É necessário ser um bom ser humano no consultório com seus pacientes, tratando-os da forma como você gostaria de ser tratado, demonstrando compreensão sobre os problemas e ideias através da elaboração de perguntas significativas, que possam impulsionar às reflexões e afirmações, o que fará ele se sentir valorizado e entendido.

Em outras palavras, a psicoterapia trabalha nas crianças o reconhecimento de suas potencialidades, mesmo diante das adversidades, proporcionando que as mesmas enxerguem o

¹ Para Brambilla e Avoglia (2010) a psicologia deve estar inserida, penetrada cada vez mais na realidade social e sua amplitude, incluindo estudos de grupos, instituições e comunidade, pois a dimensão psicológica se faz presente em tudo e o ser humano atua em tudo. No que se refere ao trabalho com crianças e adolescentes, é necessário que haja uma compreensão sobre a dimensão da infância e da juventude, caracterizando como necessário, contextualizá-la em uma noção datada geográfica e historicamente e não apenas como uma etapa natural da vida.

lado positivo da infância. Para o profissional psicólogo, ela estabelece diretrizes como forma de levar crenças positivas que ajudem a criança no controle de sua vida.

Para Sours (2012) o processo terapêutico, objetiva a resolução de sintomas, a modificação do comportamento, de mudança estrutural da personalidade e o retorno da criança aos impulsos de um desenvolvimento normal. As técnicas da psicoterapia são utilizadas com o intuito de melhorar ou trabalhar a criança no seu desenvolvimento através de estratégias que incluem a interpretação utilizada junto à verbalização, o esclarecimento e as mudanças manipulativas do comportamento.

A terapia para crianças, não tem como objetivo atender apenas aquelas que possuem alguns transtornos psicológicos, ou que enfrenta dificuldades de adaptação ou de compreensão da fase vivenciada, mas, antes de tudo, este processo tem como objetivo atuar no cotidiano da criança de forma positiva, ajudando-a a compreender alguns fatores que podem parecer confusos, auxiliando na mudança de comportamento, em como pode ser possível construir sua personalidade e desenvolver-se de forma tranquila e saudável.

Desta forma,

A eficácia do tratamento, no entanto, depende da permanência da criança até o momento em que haja o alcance dos objetivos, com o consentimento mútuo da família e do terapeuta. A interrupção prematura da psicoterapia acarreta desvantagens tanto para a criança e sua família como para o terapeuta. (SILVA; REIS, 2017, p. 237).

Diante do exposto, quando através da psicoterapia torna-se possível compreender por que e como as mudanças e resultados ocorreram, isso significará que a intervenção terapêutica tem o potencial de auxiliar a identificar os mecanismos de mudança na base de uma psicoterapia bem-sucedida. Uma psicoterapia torna-se positiva quando há construção e fortalecimento da aliança entre terapeuta e paciente, sem deixar de considerar a participação da família.

2.1 A relação das famílias e crianças

Quando se reflete sobre o significado de família, rapidamente e automaticamente pensa-se naqueles indivíduos com quem mais convivemos, mais confiamos e mais recebemos afeto. Ou seja, é comum que entendamos a família como nossa base, nosso alicerce e refúgio, pois é no seio familiar que o indivíduo cresce e passa a desenvolver-se conforme aquilo que foi vivenciado no grupo, adquirindo seus primeiros ensinamentos.

Educar apesar de ser papel primordial da família, tem sido desafiador, e Silva (2016), destaca que se verifica atualmente uma série de dificuldades encontradas pelas famílias em educar suas crianças, onde muitas não sabem como agir diante dos impasses encontrados em

uma sociedade que sofre constantes mudanças e exige atualizações de conhecimentos para lidar com a nova realidade das crianças no cotidiano.

Diante do atual cenário vivenciado pelas famílias e suas crianças, é comum que se verifique ainda a dificuldade de interação entre esses membros e por essa razão intensificam-se as ausências e os problemas comportamentais apresentados pelas crianças que sofrem sérios agravos psicológicos. As mudanças societárias são sim espaços de construção do indivíduo, mas é a família, a sua principal promotora.

Silva (2016), destaca que, geralmente, a família não tem consciência dos efeitos de sua presença na formação integral da criança. E quando se fala em formação integral, vincula-se diretamente a sua influência junto à educação e ao desenvolvimento psicológico das crianças.

Muitas famílias compreendem a influência que possuem no processo de formação das crianças, mas não enxergam que as mesmas também reproduzem involuntariamente as ações e comportamentos que vivenciam junto à sua família ou grupo no qual está inserido.

É com base nesse processo reflexivo que a família deve se autocompreender como parte principal de um processo formativo que envolve aceitações e renúncias. Silva (2016), aponta que a família deve participar do desenvolvimento da criança traçando medidas adequadas, ou seja, sem proteger demais ou de menos, agindo de acordo com a idade e possibilidades dela.

A família deve valorizar suas potencialidades, permitir que ela faça escolhas e mostrar que as escolhas têm consequências, ajudando a lidar com seus fracassos e a aceitar os erros.

Esta base de cuidado e responsabilidade das famílias que devem ser oferecida às crianças, não são apenas fatos subjetivos, mas pode ser considerada como um aspecto que envolvem aparatos legislativos, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, estabelecendo que, a família, representada pela figura dos pais, responsáveis ou cuidadores, são os principais educadores de seus filhos:

Art. 4º. É dever da família [...] assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (BRASIL, 2010, p. 11 e 16).

A família tem a obrigação de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, no que se refere à vida, saúde, alimentação, educação entre outros, inclusive à dignidade e a convivência familiar, ou seja, é importante que a família se enxergue no dever de cuidar e de

se compreender como parte de um processo que vai garantir uma vida digna às suas crianças, dando ênfase aquilo que realmente é fundamental, o seu desenvolvimento, que por sua vez, contribui diretamente para a sua construção.

Por isso, Silva (2016) complementa tal reflexão quando destacar que as primeiras experiências da criança ocorrem no seio familiar, pois é a família que lhe concede um nome, que determina a classe social e genética, e lhe oportuniza a gerar os primeiros sentimentos sobre ela sobre o mundo. É no ambiente familiar que se dá a gênese de uma formação psíquica, moral, social e espiritual da criança formando sua identidade.

Atualmente enxerga-se o cenário familiar de maneira tão complexa que os próprios familiares não se sentem como responsáveis pelas crianças, muito menos percebem a dependência que as crianças têm em relação aos adultos de sua família, justamente por serem parte de sua origem e formação moral, social, espiritual e mais ainda emocional ou psíquica, pois é esta formação psíquica a maior responsável pelo desenvolvimento durante a infância.

Trilhando Caminhos, revisando Conteúdos, constituindo o Pensar

Esta pesquisa pautou-se com base em um processo metodológico que é responsável por elaborar um conjunto de técnicas imprescindíveis no alcance do objetivo da pesquisa. Sendo assim, o método é apontado por Praça (2015) como um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador, direciona seu estudo ou pesquisa científica, a fim de, alcançar dados que respalde suas reflexões, permitindo que o pesquisador tenha a liberdade de definir e elencar quais os melhores instrumentos para utilizar-se em pesquisas, na perspectivas de obter resultados confiáveis.

Segundo Fonseca (2002) a metodologia é o estudo do método para se buscar determinado conhecimento. A Metodologia é uma preocupação instrumental que trata das formas de se fazer ciência; ela cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos a serem utilizados.

Compreende-se assim, que a metodologia é entendida como o caminho utilizado para construção de instrumentos que permite ao pesquisador direcionar seu estudo para resultados verídicos e, portanto, confiáveis conforme o tipo de pesquisa e técnicas que são adotadas, que por sua vez, é conseqüentemente responsável pelo alcance de novos conhecimentos.

Diante das técnicas selecionadas, este estudo tem como base, constituir uma pesquisa qualitativa que é citada por Gerhardt e Silveira (2011), como um estudo que não se preocupa

com a representatividade numérica, mas que se caracteriza por aprofundarem diálogos a compreensão da realidade estudada.

A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador uma maior aproximação com o objeto de estudo e realidade estudada, permitindo através de uma pesquisa mais aprofundada construir um conhecimento amplo sobre o tema, pois facilita a representação de todos os fenômenos vivenciados durante a investigação.

Diante da escolha do método qualitativo, este estudo possui ainda natureza bibliográfica, que conforme esclarece Boccato (2012, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Este tipo de pesquisa constitui-se da seleção de materiais bibliográficos já publicados como: livros, revistas, artigos e outros materiais, que trazem consigo a conceituação de diversos autores sobre a temática escolhida. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e março do ano de 2019, através da busca de periódicos em plataformas como Scielo, Lílacs e Pepsic, após a segmentação do material foi realizada análise e interpretação que se constituiu mediante alcance dos objetivos deste estudo.

Dos Achados, algumas discussões: Compreendendo o universo Família, Criança e Psicoterapia

Com base nos levantamentos realizados por este estudo bibliográfico, compreende-se a família enquanto parte integrante dos avanços no processo terapêutico para crianças, principalmente no que se refere a sua participação e ao acompanhamento deste processo.

Diante da análise realizada, foi possível identificar inicialmente que o trabalho com as famílias têm sido interesse de diversas áreas, e Givigi et. al. (2011) aponta que ela pode ser investigada e analisada em suas diferentes formas, independente da visão e do espaço que ocupe. Na maioria das áreas, a família é considerada a base, a primeira das redes da criança, e, por esta razão, interfere diretamente no desenvolvimento constitucional do sujeito.

Sendo assim, Pinheiro et. al. (2002) colocam que todas essas influências possíveis de perceber, não acontecem somente por parte dos pais ou dos filhos, mas o comportamento de uma criança está muito relacionado aos fatores externos que contribuem na sua formação como o meio social que está inserido. Porém, este comportamento pode estar associado ainda por dificuldades e traumas que ocorrem dentro e fora das representações contidas no clã familiar.

Na psicologia não é diferente, a família é primordial no desenvolvimento da criança, e mais ainda, é responsável pelos primeiros aprendizados na fase infantil. Desta forma, se destaca como peça fundamental no processo terapêutico para que a criança possa dar continuidade ao que foi pautado junto ao profissional.

Para Bielemann et. al. (2009), a família é importante porque deve ser considerada como unidade cuidadora, por ser um espaço social responsável em promover a interação entre seus membros, a troca de informações e por apoiarem-se mutuamente na busca de soluções diante de problemáticas. Logo, o autor define a família enquanto provedora de apoio, suporte e cuidado.

A família representa para a criança, um espaço responsável pela manutenção da harmonia de seus membros através do respeito e de todas as relações que envolvem esse cuidado, atenção e afetividade. Portanto, é significado de apoio, suporte e cuidado, e isso é reconhecido principalmente por crianças, uma vez que, estas dependem unicamente e exclusivamente de seus cuidadores, sejam eles pais, avós ou responsáveis.

Nesta perspectiva, Bielemann et. al. (2009), afirma ainda que a inserção da família seja uma estratégia utilizada para contribuir no processo terapêutico da criança, instrumentalizando-a para o cuidado.

Colocar a família dentro do processo terapêutico torna-se muito mais importante do que se idealiza, pois apesar do foco ser pautado na criança, muitas vezes toda a problemática que permeia o contexto infantil concentra-se na família, que acaba por intervir na rotina da criança, ou seja, nem sempre o problema está apenas na criança.

Conforme Oliveira et. al. (2018) os psicoterapeutas passaram a valorizar o acompanhamento dos pais na perspectiva de incentivá-los à reflexão e compreensão sobre a criança, entendendo-se como parte da dinâmica e desenvolvimento das problemáticas que podem ser desencadeadas no filho, mesmo que muitos se mostrem resistentes a se envolver no trabalho psicoterápico.

É comum que atualmente ainda exista pais ou familiares que não conheçam ou não compreendam seus filhos, até porque diante da agitada rotina diária de muitos, a aproximação

com a família torna-se mínima e os membros se conhecem apenas de forma superficial. Porém, alguns familiares não admitem esse fator como distanciamento dos filhos, deixando de se enxergar como parte de todo um processo dinâmico que acompanha a criança.

Por isso, Oliveira et. al. (2018), afirma que o acompanhamento da família é fundamental no processo terapêutico, por ser possível também trabalhá-los ao longo do tratamento, inclusive com a possibilidade de sessões que reúnam toda a família, de acordo com a especificidade de cada caso. É possível reconhecer ainda que a inclusão dos pais ou responsáveis nesse processo pode fornecer informações benéficas.

Para Oliveira et. al. (2017), a participação dos pais ou familiares é capaz de oportunizar o encorajamento da criança no enfrentamento das problemáticas como: mudanças de rotina, desenvolvimento de estratégias de controle e auto-observação, favorecendo assim as emoções e sentimentos positivos sobre si, o que contribui para um autoconceito positivo, e consequentemente, com o processo terapêutico.

Diante do exposto, reflete-se que um dos principais avanços no processo terapêutico da criança que é acompanhada pela família, está na capacidade de desenvolver estratégias que permitam controlar alguns problemas e a aceitação na mudança de rotinas, destacando que quando a família se une nesse processo, ela oferece a capacidade de um desenvolvimento psicoterapêutico sobre aspectos positivos.

Por isso, de acordo com Beck (2007) torna-se primordial que os terapeutas durante a construção do processo, conheçam as questões importantes que afetam os pacientes e seus tratamentos, por exemplo: sua idade, nível de desenvolvimento, nível intelectual, ambiente social e cultural, suas crenças espirituais, orientação sexual, saúde física e estágio de vida.

Somente tomando conhecimento dessas questões, o terapeuta conseguirá construir uma conceituação cognitiva no processo terapêutico, identificando as reais necessidades do tratamento, assim como, estabelecendo as mudanças após avaliar todo o processo.

De acordo com as colocações de Pinheiro et. al. (2002), o trabalho colaborativo com os pais pode ainda ser denominado de “treinamento de pais” e apesar de ser considerada uma das maiores formas de avançar na área das intervenções psicológicas, foca em algumas questões importantes voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes.

Este tipo de trabalho visa uma intervenção focada não apenas no paciente, mas também na família como peça de um processo terapêutico, que deve ser desenvolvido através da construção de uma aliança, afim de que se trabalhe modificações disciplinares e comportamentais que possam ir além do ambiente clínico.

Oliveira et. al. (2017), cita ainda que quando a família é colaborativa, torna-se sensíveis a pequenos avanços, podem se transformar grandes, no momento em que elogiam e valorizam mudanças comportamentais. Além disso, diante dos escapes, valorizam a resolução de problemas incentivando a autonomia.

Sem perceber, muitas famílias tornam-se colaborativas, pois este fator ocorre inúmeras vezes de forma involuntária e acaba por influenciar diretamente em mudanças comportamentais positivas, pois essa colaboração que pode partir da contribuição diária através de elogios, valorização e outros estímulos, incentivam completamente a autonomia da criança que busca através de suas habilidades, superar a realidade vivenciada.

Desta forma, Givigi (2011) diz que a família deve ser entendida como integrante do processo terapêutico, não mais como coadjuvante ou ajudante do terapeuta. Ressalta-se que é este o olhar responsável pela compreensão do lugar que a criança ocupa neste meio, que estas relações são estabelecidas e define como a família deve atuar perante a patologia, propondo que a relação entre terapeuta e família envolva as demandas familiares e não se restrinja apenas ao trabalho de orientação.

Nesse novo cenário em que a família torna-se protagonista, o responsável pelos avanços no processo terapêutico, já não é unicamente o profissional, mas agora passa a ser o conjunto, terapeuta, família e criança através da relação que será estabelecida pela execução do papel de cada um que não deverá ser restrita aos assuntos familiares, mas ampliada.

Por isso, diante de todas as relações estabelecidas durante o processo terapêutico, não se pode deixar de afirmar a participação de cada componente dessa estrutura. Porém, enxerga-se a fundamental importância da família para que haja reais avanços junto à criança.

Durante o processo de terapia cognitiva a família também deve ser trabalhada para que possa evoluir junto à criança, e a pesar de ser um momento voltado para ela, ele não é específico, ou seja, pode abrir algumas exceções de acordo com as especificidades de cada caso, sendo muitas vezes necessário realizar técnicas que envolvam a família para que se possam obter resultados positivos.

Concluindo tais colocações, Givigi (2011) aponta que a família pode assim assegurar e participar do processo terapêutico, como também atuar junto ao profissional de diferentes formas, principalmente empregando-se na relação de confiança desenvolvida entre os membros deste processo, criando possibilidades e permitindo ao terapeuta uma visão privilegiada sobre o lugar do sujeito na família e as condições de mudança. A partir de então, o terapeuta se coloca como mediador.

Permite-nos então compreendermos que os avanços do processo terapêutico a partir da inserção da família, serão muito mais relevantes quando a família desenvolve uma relação de confiança com o terapeuta, e também, com a criança, ampliando as possibilidades que é superação dos desafios em conjunto, mas sem deixar de reconhecer que o principal responsável não é o profissional, e sim, o núcleo familiar.

Considerações Finais

Conclui-se então diante da realização da análise que muitas das problemáticas que permeiam a infância hoje, está relacionada com a sua vivência no contexto familiar, ou seja, a família diante das condições em que vivem pode sim tornar-se responsáveis por representar problemas psicológicos, emocionais, sociais, morais e espirituais na vida das crianças.

Tais informações foram apresentadas por diversos autores que afirmaram também a necessidade da inserção dos pais no processo terapêutico como fator positivo. Sendo assim, diante da análise realizada, foi possível compreender que o psicólogo sozinho não consegue alcançar os objetivos desejáveis com a psicoterapia. Nesse processo ele é o profissional responsável, considerado mediador do processo que deve ser composto pela aliança junto à família e a criança.

Os avanços no processo terapêutico somente passam a acontecer quando a família se enxerga como base para a construção formativa no desenvolvimento da criança; quando a família se torna colaborativa e protagonista na vida de seus filhos.

É importante ressaltar ainda que estes avanços que iniciam de forma mínima, tornam-se grandiosos, quando a família passa a encorajar, elogiar e valorizar às crianças diante de suas potencialidades, oferecendo-lhes apoio mútuo diante das dificuldades.

A importância da família nos avanços do processo terapêutico ocorre diante de um processo contínuo, que não se restringe a intensidade dos problemas. Quando a família não é inclusa na psicoterapia pela obrigatoriedade, mas sim, pelo desejo de contribuir, de colaborar e de aproximar-se da criança reconhecendo sua importância para ela. Sendo assim, torna-se mais leve para a criança aprender a controlar alguns problemas, a aceitar mudanças e a desenvolver outros aspectos positivos que influenciam inclusive no fortalecimento dos membros, destacando que, quando a família se une nesse processo, oferece a capacidade de desenvolvimento terapêutico sob aspectos positivos.

Além disso, foi possível identificar que em alguns casos a família também é trabalhada no processo terapêutico, como forma de que os avanços obtidos sejam benéficos, não apenas diante o contexto da psicoterapia, mas exclusivamente benéfico para a criança, família e para a convivência externa ao processo terapêutico.

Diante das informações apresentadas, conclui-se na pesquisa que a família é parte primordial e de suma importância para que os processos terapêuticos realizados com crianças avancem e lhes ofereçam benefícios que permeiem inclusive os vínculos entre os membros.

De acordo com a análise realizada, este estudo torna-se pertinente para outros pesquisadores, sejam eles psicólogos, ou outros profissionais de áreas a fins, que busquem informações sobre a participação da família no processo terapêutico, ou que estudem a referida temática identificando outros fatores que possam contribuir positivamente para a psicoterapia. A pesquisa poderá ainda contribuir enquanto referência teórica para estudantes do curso de psicologia, para que posteriormente possam aprofundar ou reformular a referida linha de pesquisa.

Referências

BECK, J. S. **Terapia cognitiva para desafios clínicos: o que fazer quando o básico não funciona**. Tradução de Sandra Moreira de Carvalho. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. Revisão técnica: Paulo Knapp e Elisabeth Meyer. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIELEMANN, V. L. M. KANTORSKI, L. P. BORGES, L. R. CHIAVAGATTI, F. G. WILLRICH, J. Q. SOUZA, A. HECK, R. M. A inserção da família nos centros de atenção psicossocial sob a ótica de seus atores sociais. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 19, n. 01, jan-mar, 2009.

BRAMBILLA, B. B. AVOGLIA, H. R. C. O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo. **Psicólogo in Formação** ano 14, n. 14 jan./dez. 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. (Série Legislação, n. 83). Atualizada em 15 mai. 2012. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

DEAKIN, E. K. NUNES, M. L. T. Investigação em psicoterapia com crianças: uma revisão. **Rev Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 30, n 01, 2008.

FREITAS, M. C. Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico. **Multiciência Online**. Uruguai, s/v, s/n,2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIVIGI et al. Um novo olhar sobre participação. **Rev. Ter. Ocup.** São Paulo, v. 22, n. 3, p. 221-228, set./dez. 2011.

ISSE, J. F. **Possibilidades na psicoterapia infantil**: os profissionais da psicologia e a técnica do atendimento de crianças. Centro Universitário Univates. Lajedo, 2013.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

OLIVEIRA, A. P; PEREIRA, V. A; BOTTEGA, V. C. Influências Familiares no Processo de Psicoterapia Infantil: Enurese Diurna e Noturna - Estudo de Caso. **Pensando Famílias**, v. 21, n. 01, jul. 2017.

OLIVEIRA, L. R. F; GASTAUD, M. B; RAMIRES, V. R. R. Participação dos Pais na Psicoterapia da Criança. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 n°1, p. 36-49, Jan/Mar. 2018.

PINHEIRO, M. I. S. HAASE, V. G. DEL PRETTE, A. Pais como co-terapeutas: treinamento em habilidades sociais como recurso adicional. **Psicopat. Des. Rel. Tec.** Belo Horizonte, v. 03, n. 01, jan-jun, 2002.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, v. 08, n. 01, jan-jul, 2015

SILVA, J. M; REIS, M. E. B. T. Psicoterapia Psicanalítica Infantil: O Lugar dos Pais. **Temas em Psicologia**, v. 25, n° 1, 2017.

SILVA, T. R; GONTIJO, C. S. A Família e o Desenvolvimento Infantil sob a Ótica da Gestalt-Terapia. **Revista IGT na Rede**, v.13, n° 24, 2016.

SOURS, J. Uma abordagem analiticamente orientada à avaliação diagnóstica. In: GLENN, J.(Org.). **Psicanálise e psicoterapia de crianças**. Porto Alegre:Artmed, 2012.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

CALLOU, Ticiane Kelly Bento Machado; CALLOU, Antonio Leonardo Figueiredo. A Contribuição Familiar no Processo Terapêutico da Criança: Um Estudo Bibliográfico. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Fevereiro/2020, vol.14, n.49, p. 436-449. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 09/02/2020;

Aceito: 12/02/2020.